

# Um desabafo do presidente

Primeiro foi uma celebração, depois, um desabafo, e o desabafo se converteu, enfim, num balanço do trabalho para modernizar a economia brasileira e torná-la mais competitiva. Esse balanço acabou sendo uma reflexão sobre as funções do Estado e sobre o que deve ser, hoje, uma política de desenvolvimento. Ao apresentá-lo, o presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrou, com especial clareza, como se articulam as várias linhas da sua política e por onde é preciso continuar. O presidente acabara de presidir a assinatura da concessão da Banda B da telefonia celular ao setor privado. Pouco antes, havia assinado a lei de criação da agência reguladora do setor de petróleo. Tudo isso valia uma comemoração, mas havia também outras boas novidades. Uma vinha da Fipe: em São Paulo, a inflação de um ano era a menor desde 1951. Outras haviam sido anunciadas pelo IBGE: continua a diminuir o crescimento populacional, aumentou a escolaridade e os fluxos da migração interna seguem no rumo de novas áreas em desenvolvimento.

Política econômica, em tempo de globalização, não consiste só em conter a inflação, fazer o setor público emagrecer e deixar o mercado funcionar. Quem pensa que o go-

verno só está fazendo isso, no Brasil, nada percebe do que está acontecendo. Quem imagina que ainda é possível dividir mercado externo e mercado interno, como antes, também não chegou a 1997. Isto resume a maior parte do desabafo presidencial. Foi como se Fernando Henrique lamentasse a falta de bons interlocutores na oposição. Na verdade, suas críticas valem também para alguns simpatizantes do governo: aqueles que defendem a abertura e a liberalização, mas não entendem que o governo tem muito que fazer também para incentivar a produção, mesmo sem se envolver diretamente na atividade empresarial.

Cabe ao governo, disse o presidente, "uma ação decidida na reestruturação econômica do País". Isso inclui não só a desestatização e a abertura à concorrência internacional, mas a regulamentação das atividades privatizadas, o incentivo ao investimento e a criação, por meios diretos e indiretos, de condições para o fortalecimento da produção nacional. Parte dessas condições depende da privatização, que deve per-



mitir importantes investimentos em telecomunicações, transportes internos, serviços portuários e geração e distribuição de energia. Muito desse trabalho depende da ação combinada do setor privado e do governo. Cabe ao setor público mobilizar e canalizar parte do capital necessário, por meio de programas de captação de recursos e de financiamentos. Também é função do governo, e antes de qualquer outra, a concepção de uma estratégia de longo prazo.

Hoje, estratégia e rumo são mais claros do que em qualquer outro momento desde o início deste governo. Talvez tenham ficado mais claros também para o presidente e para sua equipe, na medida em que passaram as primeiras etapas da estabilização e da reforma da ordem econômica. No plano da campanha eleitoral, só dois pontos eram bem definidos: seria preciso consolidar a política antiinflacionária, em primeiro lugar, e realizar uma série de reformas para desatolar o País da crise fiscal. Idéias a respeito da integração internacional, da política de comércio e mesmo de uma efetiva po-

lítica industrial só se definiram muito mais lentamente. Durante algum tempo, membros da equipe econômica se mostraram pouco à vontade ao falar em políticas setoriais, como se isso implicasse um retorno ao velho padrão de desenvolvimento.

Qualquer que fosse o rumo, no entanto, uma política séria teria como pressuposto o fim da inflação — pelo menos de uma

**Sem inflação controlada, não haverá nem melhora social nem projeto de desenvolvimento**

inflação incompatível com os padrões internacionais. A oposição demora a entender esse ponto — e parte dos políticos que formam a maioria governamental ainda não parecem convencidos. Também esta questão motivou o desabafo presidencial, no pronunciamento de anteontem. Sem êxito na política antiinflacionária, não haveria mudança social para melhor. Não se pode pôr em risco a estabilidade recém-conquistada só porque vamos entrar em um ano eleitoral. Esta é a tese que o presidente se mostra disposto a demonstrar no fim deste ano e ao longo de 1998.